# **Universidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: rodrigo.goyenasoares@usp.br

1º semestre 2021 – FLH0647

# **História da classe média brasileira**

**Unidade II – A formação da classe média no Brasil Imperial**

1. **A abolição do tráfico negreiro e a diversificação da estrutura social**
	* Leitura obrigatória: GOYENA SOARES, Rodrigo. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do Império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. *Topoi,* Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, maio/ago.2019, p.446-489.

**I] A trindade saquarema e as reformas de 1850**

* Modelo conservador torna-se mais rigoroso com nomeação de José da Costa Carvalho para a chefia do gabinete (1849).
	+ Formar alianças políticas entre as pastas da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, respectivamente, sob Eusébio de Queiroz, Joaquim José Rodrigues Torres (Itaboraí) e Paulino José Soares de Souza (Uruguai).
		- Formação da trindade saquarema (ROHLOFF DE MATTOS)
		- Liberais aceitam novas regras do jogo.
			* Apenas um deputado liberal fora eleito para a legislatura de 1850-52.
	+ Questões pendentes para a hegemonia saquarema:
		- * Regulamentar posse da terra.
			* Reestruturar o sistema econômico.
			* Reordenar a política externa
				+ Precisamente os três eixos da trindade saquarema: Justiça, Fazenda e Negócios Estrangeiros.

**II] A abolição do tráfico e a diversificação da malha societária**

* 1850: marco divisório do século XIX, visto a quantidade de reformas.
	+ Uma questão toca todas as outras, quais sejam, as questões da terra, da economia e da política externa:
		- O tráfico negreiro.
* 22 de abril de 1850: incidente entre o Reino Unido e o Brasil.
	+ Royal Navy passa a operar não somente em alto-mar, mas nas águas territoriais do Império. Chegam a inspecionar os portos nacionais!
	+ Império chega a abrir fogo contra ingleses, quando as embarcações britânicas se fizeram presentes na fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá.
		- Visão de Caio Prado Júnior: Bill Aberdeen seria resposta direta à não renovação dos Tratados Desiguais pelo Brasil em 1844.
		- Resposta saquarema:
			* Fazer valer a soberania brasileira.
* Lei Eusébio de Queiroz, 1850:
	+ Foi mais questão de política interna do que externa?
		- Proibir a tráfico era questão de soberania nacional?
			* Pressão da opinião pública.
			* Cafeicultores fluminenses não se opõem: ingresso de mão de obra escrava na década anterior garantiria a robustez do mercado.
			* Traficantes de escravos saem da cena econômica (comutação profissional: António Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo).
			* Fantasma do haitianismo, ratificado pela Revolta dos Malês, de 1835.
* Impactos da Lei Eusébio de Queiroz:
	+ Prisão de traficantes.
	+ Combate às últimas embarcações negreiras que entraram no país.
		- Em menos de um ano, o número de importações escravas caiu de 22 mil para 800!
	+ Diversificação da malha societária
		- Por volta de 1850, o Império do Brasil possuía uma população largamente definida pela presença cativa.
			* Entre os pouco mais de 7,5 milhões de habitantes, os escravos somavam provavelmente mais de um terço.
		- Reordenamento da massa cativa:
			* + Aumento preço do escravo, visto sua rarefação:
				+ Intensificação do tráfico intra e interprovincial.
		- Setor cafeeiro detinha o grosso do capital econômico brasileiro: escravos foram transmigrados das áreas de agricultura do Norte e do Nordeste para o Sudeste.
			* Efeito multiplicador e concentrador de capital no Sudeste.
				+ No começo da década de 1840, o açúcar representava em torno de 30% das exportações brasileiras; no final da de 1850, pouco mais de 20%.
				+ O café seguiu tendência inversa.

Superou a metade das exportações nacionais no mesmo período, mais do que dobrando, ao mesmo tempo, seu valor.

Diversificação das profissões.

* + Problema:
		- Menos escravos significaria, a longo prazo, menos homens na lavoura.
* Questão da mão de obra estava intimamente ligada ao fim do tráfico negreiro.
	+ Taxa de mortalidade de escravos supera à de natalidade.
		- Duas opções:
			* Adensar mão de obra nacional.
			* Fomentar imigração estrangeira.
				+ Primeira opção inviável; segunda, desejável para branqueamento da população.
				+ Como financiar imigração de mão de obra estrangeira?

**III] A questão fundiária e financeira**

* Desde 1842, tramitava na Câmara projeto de imigração ligado à posse da terra.
	+ Inspiração no Plano Wakefield (Austrália).
	+ Venda de terras devolutas para financiar contratação de mão de obra estrangeira.
	+ Venda feita unicamente por compensações monetária.
		- Revalidar sesmarias concedidas até 17 de julho de 1822 (quando José Bonifácio pôs termo ao sistema colonial de aquisição de terras).
		- Desde 1822, não havia lei que regulamentasse a posse da terra.
	+ Para evitar expropriações, exige-se registro público das terras, demarcação e pagamento de impostos territoriais.
	+ Lógica por trás da Lei de Terras (1850):
* Evitar que imigrante adquirisse a terra.
* Estrangeiro, assim como nacional, deveria ser apenas mão de obra, e não proprietário.
	+ Elevado preço das terras devolutas ou das terras até então não registradas.
	+ Dificuldade de aprovação do projeto de 1842:
	+ Latifundiários contra pagamento de impostos.
	+ Dificuldade de demarcação.
	+ Mas! Benefício dos cafeicultores fluminenses e paulistas com venda de terras devolutas.
		- “houve socialização dos custos”, mas também “privatização dos benefícios” (CARVALHO, 2007).
	+ Aprovação em 1850:
* Descarta-se imposto territorial.
* Repercussão da Lei de Terras:
	+ Resistência às demarcações.
	+ Resistência à revalidação das antigas sesmarias.
		- Resistência ao registro.
			* Ganhos de uns eram perdas de outros.
	+ Efeitos da Lei de Terras:
	+ Não houve o influxo desejado de imigrantes europeus.
	+ Alienação da propriedade da terra por pequenas posseiros.
	+ A reforma dos negócios:
		- Em junho de 1850, o gabinete imperial aprovou o Código Comercial, lavrado por uma comissão presidida por ninguém menos do que Eusébio de Queirós.
	+ Era também constituída por figuras da magistratura, a exemplo de José Clemente Pereira e Caetano Alberto Soares; do legislativo conservador, como o futuro liberal Nabuco de Araújo e o barão de Penedo, que pouco depois seria plenipotenciário em Londres; e do mundo dos negócios, representado em Irineu Evangelista de Sousa.
	+ Previa-se a súbita liberação de uma parcela não pouco expressiva de capitais antes aplicados diretamente no tráfico, que alcançavam os 20.000:000$00 réis, praticamente toda a despesa ministerial de 1849.
	+ Em tese, também se prenunciava um reequilíbrio superavitário da balança de transações correntes, com efeito multiplicador, via decréscimo das importações de seres humanos, sobre os capitais agora disponíveis
		- Com profusão de capitais liberados pelo fim do tráfico, promulgou-se então o Código Comercial, para regulamentar os negócios.
			* Regulamentar atividades empresariais.
		- Surgem Sociedades Anônimas.
			* Desenvolvimento do setor bancário.
		- Em 1851, Irineu Evangelista de Sousa criou seu próprio Banco do Brasil, que em nada se assemelhou ao primeiro.
			* Tratava-se agora de uma sociedade anônima formada sob a égide do Código Comercial, sem relações formais com o Estado.
			* Entre 1851 e 1853, juntos, o Banco do Brasil de Mauá e o Banco Comercial do Rio de Janeiro haviam emitido cerca de 5.500:000$000 réis.
		- Em 1853, foi constituído o segundo Banco do Brasil com sede no Rio de Janeiro.
			* Pela mão de Rodrigues Torres, o novo Banco, em oposição ao de Dom João VI, deveria antes de mais nada promover o saneamento do meio circulante.
			* Concedeu-se a ele o monopólio da emissão de moeda, o que qualificou não somente o controle da política monetária, mas também da cambial e da fiscal – dado que o volume de moeda ofertado ao público impactava a taxa de câmbio e a solvência dos tomadores de apólices.
			* O Banco do Brasil teria capital de 30.000:000$000 réis.
				+ Em meados da década de 1850, o Banco do Brasil logrou adquirir os principais bancos setentrionais do Império e transformá-los em filiais provinciais.

**IV] A crise de 1857**

* As descobertas auríferas nos Estados Unidos e na Austrália haviam ampliado a oferta de crédito também na Europa.
	+ O ouro lastreava a expansão monetária internacional, o que redundou, naquele momento, numa euforia dos mercados.
		- Assim como o dos escravos, os preços do trigo, dos cereais, da lã e do café dispararam, no caso do grão brasileiro praticamente dobrando o valor em relação a meados da década de 1840.
			* Deram-se então as condições, na Europa e nos Estados Unidos, para a criação de novos bancos, densamente enredados com um surto ferroviário de proporções inéditas.
* No Império do Brasil, o efeito inflacionário do crescimento econômico global apenas reforçou, para o bloco conservador, o imperativo da restrição monetária nacional, inclusive para deter os preços inchados dos escravos.
	+ Sousa Franco media o tempo em outro compasso.
	+ Não se tratava de pôr em xeque a estabilidade monetária e cambial alcançada anteriormente, mas pareceu-lhe que o ritmo das emissões estava muito aquém das oportunidades da hora e das decorrentes necessidades econômicas do Império.
		- Para ele, os juros eram altos porque refletiam um regime de concentração bancária e, portanto, um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de moeda.
			* Como efeito da frágil concorrência, os empréstimos eram tímidos e de curto prazo.
				+ Trocando em miúdos, o novo ministro da Fazenda compreendeu que haveria espaço para ampliar o meio circulante, na medida em que a boa conjuntura nacional e internacional transformaria a artificialidade da criação monetária em desenvolvimento produtivo real.

Se os juros eram o entrave, o desenvolvimento bancário era a solução: arejaria o mercado de capitais.

* Em 1857, nos Estados Unidos e na Europa, principais consumidores de café brasileiro, o mercado do crédito contraiu-se, e a demanda por commodities, também.
	+ No Brasil, a perspectiva de uma queda das exportações, rapidamente confirmada, levou o governo a adotar uma política anticíclica especialmente por intermédio do Banco do Brasil, que a um só tempo deveria resguardar sua credibilidade e socorrer a principal praça financeira do Império.
		- O Banco suspendeu a conversibilidade de suas notas em ouro para evitar que o saque desordenado quebrasse o sistema bancário e aumentou a taxa de juros no intuito de preservar suas próprias reservas.
			* Para os conservadores atônitos com a persistente aprovação, malgrado a crise, de bancos de emissão, Sousa Franco estava perdido, procurando a hora do Império nos barômetros das províncias.
			* A greve de 1857 em Salvador era indicação suficiente a respeito dos efeitos sociais deletérios de uma inflação que seria ampliada com os novos bancos do Norte.
			* No Rio de Janeiro, estoura nova greve: a dos tipógrafos.
* A saída da crise:
	+ Retomado do controle monetário pelo Banco do Brasil.
	+ Promulgação da Lei de Entraves:
		- Submetia à anuência dos poderes públicos toda e qualquer sociedade anônima – civil, mercantil ou bancária – que desejasse incorporar-se.
	+ Reação dos estratos médios, sob a égide de Teófilo Otoni:
		- Teófilo Otoni havia criado uma intensa campanha eleitoral, a dos lenços brancos.
			* Contou com o apoio de centro urbanos como a Corte, Ouro Preto e São Paulo, onde o comércio defendia uma política financeira mais laxista.
			* Preterido pelo Imperador na lista senatorial tríplice, Otoni lançou sua *Circular aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*, na qual fustigava o Poder Moderador.
				+ Obteve, contudo, a cadeira de deputado, e com ele vieram figuras radicalizadas como Francisco Otaviano e Saldanha Marinho.
		- A campanha de Otoni, impulsionada na imprensa pela pluma de Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva – dois futuros republicanos – e ainda de Zacarias de Góes e Vasconcelos – um franco dissidente – impactou o restante do Império a ponto de os conservadores emergirem das eleições mais divididos do que unidos:
			* Descentralização, da separação entre o Estado e a Igreja, da liberdade de culto, da liberdade de comércio e de navegação, da aproximação com os Estados Unidos, da imigração europeia e, fatalmente, da emancipação dos cativos.

**Tamanho demográfico das classes médias imperiais, 1872**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Localidade** | **Classes Médias** | **Percentual em relação à população total da localidade** |
| Maiores dez cidades | 172.182 | 19.08% |
| Rio Grande do Sul | 194.866 | 44,81% |
| Corte | 42.758 | 31,48% |
| Mato Grosso | 7.976 | 13,20% |
| Paraíba | 38.542 | 10,24% |
| Piauí | 19.542 | 9,66% |
| Ceará | 68.290 | 9,46% |
| Bahia | 121.026 | 8,77% |
| Goiás | 13.374 | 8,33% |
| Pará | 22.918 | 8,32% |
| Amazonas | 4.644 | 8,06% |
| Santa Catarina | 12.262 | 7,67% |
| Maranhão | 27.132 | 7,55% |
| São Paulo | 54.502 | 6,50% |
| Paraná | 7.956 | 6,27% |
| Pernambuco | 47.854 | 5,68% |
| Alagoas | 17.548 | 5,04% |
| Sergipe | 8.492 | 4,81% |
| Espírito Santo | 3.850 | 4,68% |
| Rio Grande do Norte | 7.458 | 3,18% |
| Rio de Janeiro | 16.166 | 2,06% |
| Minas Gerais | 41.906 | 2,05% |
| Império | 779.062 | Percentual em relação à população livre9,25% |